



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Paraíba



T1554012N

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

EDITAL Nº 2/2025 – COMCP/COMISSOES/REITORIA/IFPB

## ADMINISTRADOR

NOME

INSCRIÇÃO

Nível  
**SUPERIOR**

Turno  
**TARDE**

**PROVA**

**01**

Na Folha de Respostas,  
no local indicado,  
lembre-se de preencher  
o Número da Prova!  
O não preenchimento  
levará à  
desclassificação.

### Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **cinquenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

### Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

### Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala depois de transcorridas 02 (duas) horas do início da aplicação da prova, ocasião em que deverá entregar ao fiscal a Folha de Respostas e o Caderno de Questões.
- ✓ O(A) candidato(a) poderá levar consigo o Caderno de Questões depois de transcorridas 03h30min (três horas e meia) do início da aplicação das provas.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

### Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC**, no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), conforme previsto em Edital.

**\*O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



**instituto aocp**



## Língua Portuguesa

### Por que o trema foi abolido da língua portuguesa?

Por padronização: o Brasil era o único país lusófono que ainda usava esse sinal, abandonado em Portugal em 1945. Ele era útil, porém. E a saudade permanece.

Bruno Vaiano

Por padronização, de maneira muito resumida. Portugal abandonou esse sinal diacrítico em 1945 e ele não aparecia com frequência nos textos de nenhum país lusófono – com exceção do Brasil, é claro.

Com o acordo ortográfico mais recente, ratificado em 2008, a maioria se impôs e ficamos sem “lingüiça”, “seqüestro” e “cinqüenta”. Era mais fácil nós pararmos de usar o “ü” do que os outros países se acostumarem a usá-lo.

Antes de mais nada, vale explicar o trema para os mais novos, alfabetizados após a abolição do dito-cujo. Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra “u” depois de um “q” ou “g”. Portanto, “agüentar”, “pingüim” e “tranqüilo” carregavam um casal de pontinhos em cima do “u”, mas “queijo”, “caiaque” e “enfoque”, não.

Pode parecer uma minúcia, mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar. Por exemplo: o correto é dizer “quinquênio” com as duas letras “u”, algo que todo mundo saberia caso esse palavra exótico ainda fosse escrito “qüinqüênio”, como era regra no Brasil até 2008.

O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943. Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre. Faltou comunicação transatlântica (na época, claro, o mundo estava passando pela 2ª Guerra, Brasil e Portugal eram ditaduras e os países africanos lusófonos ainda eram colônias).

Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema (e com vários outros aspectos do acordo mais recente), argumentando que os pontinhos eram perfeitamente úteis e que sua ausência dificulta a leitura.

O gramático Gladstone Chaves de Melo, morto em 2001, já considerava a abolição do trema um “absurdo” desde muito antes do acordo entrar em vigor, já que as mudanças já estavam pautadas desde 1990.

Edmilson Monteiro Lopes, da Universidade Federal do Ceará (UFCE), escreveu: “Queiram ou não os mentores da inoportuna reforma, o trema é útil, necessário para a pronúncia e conservação de grande número de palavras. Sem ele, com o tempo, muitas se deformariam.”

Para Lúcia Fulgêncio e Mário A. Perini, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “A eliminação do trema representa um afastamento entre a escrita e a fala; não gera dificuldades para a escrita, mas sim para a pronúncia. (...) Temos que concluir que a ortografia de 1971 é superior à de 2009 neste particular”.

Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras. Mas explicam que, “Aqui, o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia, e os falantes do português apenas quando se trata de uma palavra desconhecida, ou uma daquelas que a gente só conhece pela escrita.”

Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho. Em nome da padronização internacional, o Brasil ficou sem seus pontinhos de estimação.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/por-que-o-trema-foi-abolido-da-lingua-portugue-sa/>. Acesso em: 15 out. 2025.

### 1

#### Assinale a alternativa correta a respeito do texto de apoio.

- (A) O autor sugere que o trema deveria permanecer na língua portuguesa, pois os demais países poderiam adaptar-se a ele.
- (B) O fato de utilizar a expressão “dito-cujo”, no terceiro parágrafo, mostra que o autor não é favorável ao uso do trema.
- (C) No texto, afirma-se que a ausência do trema é prejudicial aos estrangeiros e aos falantes de português que desconheçam alguma palavra.
- (D) O trema tornou-se obrigatório em Pindorama, mas foi abolido no Brasil.
- (E) Como o trema era desnecessário para os brasileiros, que já sabiam pronunciar as palavras, ele foi abolido da norma-padrão da língua portuguesa.

**2**

**Assinale a alternativa correta em relação à colocação pronominal no texto.**

- (A) No excerto “[...] a maioria se impôs e ficamos sem ‘lingüiça’, ‘seqüestro’ e ‘cinquenta’.”, o pronome em destaque poderia vir mesoclítico ao verbo “impôs”.
- (B) Em “Era mais fácil nós pararmos de usar o ‘ü’ do que os outros países se acostumarem a usá-lo.”, o pronome não poderia aparecer após o verbo “acostumarem”.
- (C) No excerto “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, a expressão em destaque poderia ser “tornou-se”, sem prejuízo sintático à oração.
- (D) Em “Sem ele, com o tempo, muitas se deformariam.”, a oração destacada também poderia ser grafada como: “muitas deformariam-se”, sem prejuízo sintático.
- (E) No trecho “[...] e os falantes do português apenas quando se trata de uma palavra desconhecida [...]”, o pronome destacado poderia aparecer enclítico ao verbo “trata”.

**3**

**Assinale a alternativa correta a respeito de vocábulos do texto.**

- (A) O termo “padronização”, no primeiro parágrafo, pode ser substituído por “sugestão”, sem prejuízo de sentido ao texto.
- (B) Em “Pode parecer uma minúcia, mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, o conectivo em destaque tem o mesmo sentido de “contudo”.
- (C) No excerto “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, o termo em destaque é sinônimo de “incentivado”.
- (D) O vocábulo “abolição”, presente no sexto parágrafo do texto, é considerado antônimo de “revogação”.
- (E) No trecho “Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho.”, a expressão destacada indica consentimento.

**4**

**Assinale a alternativa cuja função do termo destacado é a mesma do vocábulo sublinhado em: “Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras.”.**

- (A) “[...] o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia [...]”.
- (B) “Era mais fácil nós pararmos de usar o ‘ü’ do que os outros países se acostumarem a usá-lo.”
- (C) “Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra ‘u’ depois de um ‘q’ ou ‘g’.”
- (D) “[...] mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”
- (E) “[...] o correto é dizer ‘quinqüênio’ com as duas letras ‘u’, algo que todo mundo saberia [...]”.

**5**

**A respeito da concordância e da regência verbais e nominais em excertos do texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) No excerto “Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra ‘u’ [...]”, o verbo em destaque rege preposição “de”, resultando na sentença: “[...] avisava de que [...]”.
- (B) Em “[...] a maioria se impôs e ficamos sem ‘lingüiça’, ‘seqüestro’ e ‘cinquenta’.”, o verbo destacado pode ser substituído por “ficou”, concordando com “a maioria”, sem prejuízo de sentido ao texto.
- (C) No excerto “[...] mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, caso o vocábulo destacado fosse para o plural, o verbo “havia” se tornaria “havam”.
- (D) Em “[...] o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia [...]”, o verbo destacado poderia ser flexionado para o plural, concordando com “os estrangeiros”.
- (E) No excerto “Por padronização, de maneira muito resumida.”, o termo em destaque poderia ser substituído por “De”, sem prejuízo sintático ou semântico ao texto.

6

**Assinale a alternativa correta quanto à acentuação e à pontuação em excertos do texto.**

- (A) No trecho “Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema [...]”, a vírgula após a expressão em destaque é obrigatória.
- (B) Em “Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre.”, os dois-pontos podem ser substituídos por uma vírgula.
- (C) No excerto “O gramático Gladstone Chaves de Melo, morto em 2001, já considerava a abolição do trema [...]”, os dois termos destacados foram acentuados pela mesma regra gramatical.
- (D) Em “Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho.”, a vírgula empregada após o termo em destaque é facultativa.
- (E) Os vocábulos “lusófono” e “útil”, presentes em diferentes parágrafos do texto, levam acento agudo pela mesma regra de acentuação gramatical.

7

**Assinale a alternativa correta a respeito dos processos de formação de palavras dos vocábulos em destaque.**

- (A) Em “Por padronização, de maneira muito resumida.”, o termo destacado leva o sufixo “-ção”, o qual formou um substantivo a partir de um verbo.
- (B) No excerto “[...] na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, o vocábulo em destaque é derivado do substantivo “pronúncia”.
- (C) Em “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, o termo sublinhado é formado por composição por justaposição.
- (D) No trecho “Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema [...]”, o vocábulo em destaque leva o prefixo “-línqua”.
- (E) No excerto “Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras.”, o termo destacado é formado por derivação prefixal e sufixal.

8

**Considere o seguinte excerto e, a respeito dos termos e das expressões destacados, assinale a alternativa correta.**

**“O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943. Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre. Faltou comunicação transatlântica (na época, claro, o mundo estava passando pela 2ª Guerra, Brasil e Portugal eram ditaduras e os países africanos lusófonos ainda eram colônias).”.**

- (A) Em “Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico [...]”, o sujeito em destaque refere-se, semanticamente, a todas as pessoas de países lusófonos.
- (B) No excerto “[...] nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre.”, a partícula destacada faz referência ao Formulário Ortográfico de 1943.
- (C) Em “Faltou comunicação transatlântica [...]”, a expressão destacada funciona como complemento do verbo “faltou”.
- (D) No trecho “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, a expressão destacada expressa o modo como algo aconteceu.
- (E) No excerto “[...] Brasil e Portugal eram ditaduras [...]”, o termo em destaque funciona como caracterizador do sujeito “Brasil e Portugal”.

9

**Assinale a alternativa correta quanto à ortografia e às relações semânticas entre as palavras do texto.**

- (A) O termo “exceção”, no primeiro parágrafo, tem dupla grafia e também pode ser escrito como “excessão”.
- (B) O vocábulo “ratificado”, no segundo parágrafo, é sinônimo de “confirmado”.
- (C) O termo “minúcia”, no quarto parágrafo, pode ser substituído, no texto, por “exorbitância”, sem prejuízo de sentido.
- (D) O vocábulo “saudade”, no último parágrafo, deveria estar grafado no plural, de acordo com a norma-padrão: “saudades”.
- (E) “Portugal”, termo presente no quinto parágrafo, é considerado um hiperônimo de “país”.

**10**

**Assinale a alternativa correta sobre a estrutura do texto de apoio.**

- (A) Por se tratar de um texto narrativo, nota-se a presença de muitas expressões de tempo e de lugar ao longo do texto.
- (B) O texto é predominantemente argumentativo, pois expõe os fatos com imparcialidade, informa fatos reais e sua linguagem é objetiva e direta.
- (C) Trata-se de uma sequência explicativa, com algumas marcas opinativas, na qual há explicações sobre a abolição do trema, bem como informações sobre o assunto e o contexto histórico.
- (D) O texto em questão pertence à sequência descritiva, uma vez que há descrição de fatos e situações que envolvem o uso do trema.
- (E) A sequência injuntiva é predominante no texto, visto que há interações e diálogos com o leitor.

## **Informática**

**11**

**Em uma sala de aula, um técnico administrativo precisa projetar a tela do computador em um telão para que todos os participantes possam visualizar o conteúdo. O dispositivo escolhido para receber o sinal de vídeo do computador e apresentar o resultado em uma superfície maior foi o projetor. O projetor é corretamente classificado como um periférico de**

- (A) entrada, pois o projetor recebe a informação do computador.
- (B) processamento, pois o projetor processa o sinal de vídeo para exibi-lo.
- (C) entrada e saída (misto), devido à sua capacidade de receber e projetar dados.
- (D) saída, pois sua função é exibir os dados já processados pelo sistema para o usuário.
- (E) comunicação, pois estabelece uma conexão entre o computador e o telão.

**12**

**Os softwares utilitários são programas que auxiliam o usuário na manutenção, segurança, otimização e gerenciamento de recursos do computador. Assinale a alternativa que NÃO apresente a um software utilitário.**

- (A) CCleaner.
- (B) WinRAR.
- (C) Windows Defender.
- (D) WinZip.
- (E) Microsoft Word.

**13**

**Com base na utilização dos atalhos de teclado do Windows 11, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.**

**(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)**

1. Windows + Tab
2. Windows + A
3. Windows + D
4. Windows + Shift + S

- ( ) Inicia a ferramenta de Captura de Tela (Snipping Tool) para capturar parte da tela.
- ( ) Alterna entre o estado anterior e a exibição da Área de Trabalho.
- ( ) Abre o painel de Configurações Rápidas (Quick Settings) para acesso a Wi-Fi, volume e brilho.
- ( ) Abre a Visão de Tarefas (Task View) para gerenciar Áreas de Trabalho Virtuais e janelas abertas.

- (A) 4 – 2 – 1 – 3.
- (B) 3 – 4 – 2 – 1.
- (C) 4 – 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3 – 4.
- (E) 1 – 4 – 3 – 2.

14

Hipoteticamente, com a chegada de novos servidores ao IFPB, a Diretoria-Geral (DG) solicitou ao setor de pessoal que verificasse quantos servidores de Nível C ainda estão ativos no quadro da instituição. A planilha do Excel 365 (em português) com os servidores ativos da instituição contém as colunas: Servidor, Nível de Classificação e Vencimento Básico, conforme o seguinte exemplo:

	A	B	C
1	Servidor	Nível de Classificação	Vencimento Básico
2	Mario	Nível C	R\$ 2.483,52
3	Eduardo	Nível D	R\$ 3.029,90
4	Vanessa	Nível E	R\$ 4.967,04
5	Felipe	Nível C	R\$ 2.483,52
6	Gerson	Nível E	R\$ 4.967,04
7	Renato	Nível E	R\$ 4.967,04
8	Thiago	Nível D	R\$ 3.029,90

Considerando essa planilha, qual fórmula deve ser utilizada para calcular automaticamente o número de servidores que estão no Nível C, sem filtrar manualmente as informações?

- (A) =CONT.SE(B2:B8;"Nível C")
- (B) =SOMASE(B2:B8;"Nível C";C2:C8)
- (C) =CONT.NÚM(B2:B8;"Nível C";C2:C8)
- (D) =CONCATENAR(B2:B8;"Nível C")
- (E) =PROCV("Nível C";B2:D8;3;FALSO)

15

Em casos de detecção de malwares complexos como os Rootkits, o software antivírus, após a identificação, geralmente move o arquivo infectado para uma área isolada. Qual é o nome dessa área e qual é o seu propósito?

- (A) Sandbox, cuja finalidade é permitir que o malware se propague em um ambiente de teste controlado.
- (B) Cache, cuja finalidade é otimizar o acesso à base de dados de assinaturas.
- (C) Quarentena, cuja finalidade é isolar os arquivos infectados em um local seguro onde eles não podem ser executados, acessados ou causar danos ao sistema.
- (D) Kernel, cuja finalidade é garantir que a remoção do malware ocorra com privilégios de administrador.
- (E) Vault, cuja finalidade é armazenar as senhas e informações de login furtadas pelo Rootkit.

16

Para que um navegador consiga localizar e exibir o conteúdo de um servidor web, ele utiliza um endereço padronizado que identifica unicamente o recurso na internet. Esse endereço não apenas indica o domínio, mas também o protocolo a ser usado e o caminho específico do recurso.

A representação textual completa de um endereço de recurso na Web, como <https://www.exemplo.ifpb.edu.br/pre/processos-seletivos-1>, que define o protocolo, o domínio e o caminho do recurso, é corretamente denominada

- (A) URL (Uniform Resource Locator).
- (B) IP (Internet Protocol).
- (C) DNS (Domain Name System).
- (D) HTML (HyperText Markup Language).
- (E) LAN (Local Area Network).

17

Um técnico administrativo em educação está trabalhando com múltiplas guias abertas no navegador Google Chrome. Ele precisa acessar rapidamente uma guia específica que foi fechada por engano há poucos minutos, contendo informações cruciais para a sua tarefa atual. Para recuperar a última guia fechada de forma eficiente e sem a necessidade de navegar pelo histórico completo, qual é o atalho de teclado que o técnico deve utilizar?

(Obs.: o caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + Shift + F
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + Shift + T
- (D) Ctrl + Alt + Del
- (E) Ctrl + N

**18**

O malware conhecido como Cavalo de Troia (Trojan) é amplamente utilizado por atacantes. Sua característica definidora não é o método de replicação, mas sim a sua forma de distribuição e execução inicial. O Cavalo de Troia se distingue dos Vírus e Worms

- (A) pela sua capacidade de se replicar automaticamente pela rede, explorando vulnerabilidades sem a interação do usuário.
- (B) porque sua principal ação é criptografar arquivos do sistema operacional para exigir um pagamento de resgate.
- (C) porque, no Trojan, o código malicioso se anexa a arquivos executáveis legítimos e se espalha junto com eles.
- (D) porque ele se disfarça de programa legítimo e, dessa forma, é útil para enganar o usuário a instalá-lo voluntariamente, criando uma porta de acesso.
- (E) porque ele opera no nível de kernel do sistema operacional para ocultar a presença de outros softwares maliciosos.

**19**

Com a convocação dos novos técnicos administrativos em educação, o setor de Recursos Humanos do IFPB solicitou o preenchimento de formulário de atualização cadastral. No documento, os servidores informaram nome completo, CPF, endereço, e-mail e número da conta bancária.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações fornecidas nesse formulário são classificadas como

- (A) dados pessoais.
- (B) dados anonimizados.
- (C) dados pessoais sensíveis.
- (D) dados pseudonimizados.
- (E) dados privados.

**20**

No Excel 365 (em português), uma das funções mais utilizadas é a função DATA(), usada para construir uma data válida. Essa função é amplamente empregada em planilhas que lidam com cálculos de datas, prazos e registros temporais. Com base no funcionamento dessa função, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) No Excel, as datas são armazenadas internamente como números de série.
  - ( ) O número de série 1 corresponde a 01/01/1900.
  - ( ) A função aceita meses fora do intervalo 1–12, ajustando os meses excedentes para o ano seguinte.
  - ( ) A estrutura correta da função é =DATA(ano; mês; dia).
- (A) V – F – V – V.
  - (B) F – F – V – V.
  - (C) V – V – F – V.
  - (D) V – V – V – V.
  - (E) F – F – V – F.

## Legislação

21

**A Educação é essencial para a transmissão de conteúdos e o desenvolvimento do pensamento crítico, sendo essencial para a evolução social. Diante da importância da educação e sobre o sistema de ensino brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- (A) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito constitui interesse público geral, cabendo ao Estado promovê-lo conforme disponibilidade orçamentária, sem que disso decorra direito subjetivo.
- (B) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Estado, ainda que por motivos de limitação financeira, não gera responsabilização pessoal da autoridade competente, uma vez que o ensino é dever coletivo da sociedade.
- (C) A Constituição assegura o acesso ao ensino obrigatório e gratuito apenas às crianças em idade escolar regular, não se estendendo o direito a jovens e adultos que não o concluíram na idade própria.
- (D) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que o indivíduo pode exigir judicialmente sua efetivação, pois a omissão ou a oferta irregular causa a responsabilização da autoridade pública.
- (E) A responsabilidade da autoridade competente pelo não oferecimento do ensino obrigatório limita-se à esfera administrativa, não podendo gerar consequências de natureza civil ou penal.

22

**A Constituição Federal de 1988, ao tratar da autonomia universitária, estabelece fundamentos que asseguram às universidades um papel essencial no desenvolvimento científico e social do país. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa correta.**

- (A) A autonomia universitária abrange dimensões didático-científica, administrativa e pedagógica, permitindo às universidades a edição de normas próprias com força de lei, inclusive em matéria orçamentária.
- (B) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é princípio que se aplica apenas às universidades públicas, em razão de seu financiamento majoritário pelo poder público.
- (C) As universidades possuem autonomia para organizar seus cursos, currículos e métodos de ensino, mas estão sujeitas à supervisão e regulação do Poder Executivo Federal no que tange à gestão financeira e patrimonial.
- (D) A autonomia universitária compreende as dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo aplicado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (E) O disposto da Constituição Federal aplica-se especificamente às universidades públicas, não alcançando as instituições privadas nem as entidades de pesquisa científica e tecnológica.

**23**

Após ser aprovada em concurso público para o cargo de professora do magistério federal, Maria foi nomeada e tomou posse em 27 de outubro de 2023, iniciando oficialmente sua trajetória na rede pública de ensino superior. Desde então, passou a exercer atividades docentes e pedagógicas vinculadas à sua função, sob o regime jurídico dos servidores públicos federais. Nesse início de carreira, ainda não possuía estabilidade funcional, uma vez que essa garantia constitucional somente é adquirida após o cumprimento e a aprovação no estágio probatório, período destinado à avaliação de sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.

Com base na Lei Federal nº 8.112/1990, acerca do estágio probatório dos servidores públicos da área da educação, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Maria, durante o estágio probatório, poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- II. Quatro meses antes do término do estágio probatório, o desempenho funcional de Maria deverá ser submetido à avaliação, cuja homologação caberá à autoridade competente.
- III. Durante o estágio probatório, será avaliado se Maria tem aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade.
- IV. O estágio probatório de Maria não ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente.

- (A) Apenas I e II.  
(B) Apenas II, III e IV.  
(C) Apenas I, II e III.  
(D) Apenas III e IV.  
(E) I, II, III e IV.

**24**

Renato, servidor público do IFPB, decidiu realizar uma pesquisa acerca do tempo de serviço prestado à Administração Pública e dos direitos estatutários. Após criteriosa avaliação da Lei nº 8112/1990, referente à aposentadoria por tempo de serviço, ele descobriu corretamente que

- (A) não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude do exercício de cargo ou função de governo ou administração.
- (B) serão computados o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas em tempo de guerra.
- (C) a apuração do tempo de serviço será feita em meses, que serão convertidos em anos, evitando prejuízos ao servidor.
- (D) será computado, apenas para efeito de promoção, aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.
- (E) será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

**25**

Um servidor público, em exercício no IFPB, desempenha suas funções educacionais com o compromisso de promover a formação cidadã e técnica dos estudantes, integrando ensino, pesquisa e extensão. No exercício de suas atribuições, deve pautar sua conduta pelos princípios éticos e legais que regem a Administração Pública, observando, em especial, as disposições do Decreto Federal nº 1.171/1994, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Com fundamento nesse diploma normativo e considerando a relevância da ética na atuação dos profissionais da educação pública federal, assinale a alternativa correta acerca dos deveres funcionais desse servidor do magistério federal.

- (A) Eximir-se de prestar contas de suas atividades funcionais, quando solicitado, para resguardar a autonomia de suas decisões e a confidencialidade do serviço público.
- (B) Tratar os usuários do serviço público de forma impessoal e distante, evitando demonstrações de cortesia que possam comprometer a neutralidade do atendimento.
- (C) Buscar, sempre que possível, satisfazer interesses particulares desde que não haja prejuízo imediato ao erário.
- (D) Negar-se a receber ordens superiores que contrariem seus interesses pessoais, ainda que compatíveis com o interesse público.
- (E) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

**26**

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, os docentes possuem atribuições específicas relacionadas à dimensão pedagógica, avaliativa e social do processo educativo. Considerando as disposições legais, assinale a alternativa correta quanto às incumbências atribuídas aos docentes na educação básica.

- (A) Compete aos docentes especificadamente a ministração dos conteúdos programáticos e a elaboração de instrumentos avaliativos, não sendo de sua responsabilidade o planejamento pedagógico ou a articulação com a comunidade escolar.
- (B) Os docentes são responsáveis por elaborar e cumprir o plano de trabalho de forma autônoma, podendo divergir da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, desde que garantam a aprendizagem dos alunos.
- (C) Cabe aos docentes zelar pelo ensino, participar da elaboração da proposta pedagógica, estabelecer estratégias de recuperação para os discentes com menor rendimento, ministrar os dias letivos e as horas-aula previstos.
- (D) As funções docentes restringem-se à execução de tarefas de ensino em sala de aula, não abrangendo a participação em atividades de planejamento, formação continuada ou articulação institucional.
- (E) Aos docentes incumbe, pormenorizadamente, acompanhar o desempenho dos estudantes, sendo facultativa a participação em atividades de planejamento e avaliação institucional.

**27**

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece normas para o tratamento de dados pessoais, inclusive nos órgãos e instituições de ensino públicos e privados, garantindo aos titulares o direito à privacidade e ao controle sobre suas informações. Na área da educação, a observância da LGPD é fundamental para assegurar o uso ético e seguro dos dados de estudantes, professores e servidores, abrangendo desde matrículas e registros acadêmicos até plataformas virtuais de aprendizagem. Com base na referida lei e considerando sua aplicação no âmbito educacional, assinale a alternativa correta acerca dos direitos do titular de dados pessoais.

- (A) O titular dos dados pessoais poderá solicitar a eliminação de suas informações, sendo vedado o acesso direto aos dados tratados pelo controlador, a fim de resguardar o sigilo das operações internas.
- (B) O controlador está dispensado de fornecer informações sobre o tratamento de dados pessoais, exceto quando houver determinação judicial expressa para tanto.
- (C) O titular dos dados pessoais tem o direito exclusivo de revogar o consentimento concedido, não sendo possível exercer outras faculdades, como portabilidade ou bloqueio de dados.
- (D) É direito do titular requerer ao controlador, a qualquer momento, a confirmação da existência de tratamento, o acesso aos dados, e a correção de informações incompletas, inexatas ou desatualizadas.
- (E) Após decisão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é que o titular poderá obter do controlador qualquer informação relativa ao tratamento de seus dados pessoais.

**28**

No âmbito das instituições públicas de ensino, como os Institutos Federais e as universidades federais, a correta aplicação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), e de seu regulamento, o Decreto nº 7.724/2012, que estabelecem normas e princípios voltados à gestão da informação pública, é essencial para garantir a transparência administrativa, o controle social e o fortalecimento da gestão democrática da educação, especialmente na divulgação de dados sobre orçamento, contratos, projetos pedagógicos e resultados institucionais. Com base nessas definições legais e considerando sua importância para a gestão da informação educacional e a transparência pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Informação sigilosa é aquela de interesse público geral, disponível a qualquer cidadão mediante simples requerimento, independentemente de restrições legais.
- (B) Dados processados correspondem a informações mantidas em formato físico, ainda não submetidas a tratamento eletrônico ou automatizado.
- (C) Informação pessoal refere-se a dados de interesse coletivo, vinculados à atuação institucional dos órgãos públicos, sem relação direta com a pessoa natural identificada.
- (D) Autenticidade da informação consiste na qualidade que garante seu acesso irrestrito por qualquer indivíduo, independentemente de autorização.
- (E) Documento é toda unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, sendo elemento essencial da gestão da informação pública.

**29**

No âmbito das instituições públicas de ensino, como universidades e Institutos Federais, a aplicação da Lei nº 14.133/2021, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pode contribuir para o fomento à economia local, o estímulo à inovação tecnológica e a sustentabilidade nas compras públicas, fortalecendo o compromisso da Administração com os princípios constitucionais da eficiência e da promoção do interesse público. Com base no disposto na referida lei e considerando a sua relevância para as contratações públicas na área educacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Executivo federal poderá, mediante decisão fundamentada, estabelecer margem de preferência de até 10% para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- (B) A margem de preferência poderá ser aplicada especificamente a bens importados, desde que haja previsão específica no edital e comprovação de qualidade superior em relação aos produtos nacionais.
- (C) A margem de preferência é obrigatória para todos os processos licitatórios e deve ser aplicada indistintamente a produtos recicláveis, nacionais e importados.
- (D) A lei veda a extensão da margem de preferência a bens e serviços originários de Estados Partes do Mercosul, mesmo em situações de reciprocidade prevista em acordos internacionais.
- (E) A margem de preferência poderá ser concedida especificadamente a bens manufaturados produzidos no território nacional, não se aplicando a serviços nem a critérios de sustentabilidade ambiental.

**30**

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), assegura a todos os cidadãos o direito de receber informações públicas de interesse coletivo ou geral, promovendo a transparência administrativa e o controle social sobre as ações do Estado e também prevê limites à restrição de acesso a informações, especialmente quando relacionadas à defesa de direitos fundamentais ou à investigação de violações de direitos humanos. Com base nas disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- (B) A Lei de Acesso à Informação permite restringir o acesso a informações sobre direitos fundamentais se o órgão entender que o sigilo é conveniente para proteção administrativa.
- (C) Informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação de direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ter seu acesso restringido.
- (D) O disposto na Lei não exclui outras hipóteses legais de sigilo, incluindo segredo de justiça ou segredo industrial relacionado a atividades econômicas do Estado ou de entidades privadas vinculadas ao poder público.
- (E) As informações podem ser acessadas sem restrição quando não houver previsão legal de sigilo ou segredo específico, respeitando os limites da lei.

## Conhecimentos Específicos

31

O gestor de uma instituição pública percebeu que os servidores possuem baixo rendimento e não consolidam uma relação social entre si. Na busca pela resolução dessa situação organizacional, ele decide reorganizar as tarefas, padronizar métodos e implantar regras estruturais de supervisão e controle, pois, assim, seu objetivo, que é a busca pela eficiência, é viabilizado por meio da disciplina. Nesse contexto, pensando na base teórica da administração, o modelo que o gestor da instituição adota tem princípios característicos da

- (A) Teoria da Cultura e Clima.
- (B) Teoria Contingencial.
- (C) Teoria Pública Organizacional.
- (D) Teoria Clássica.
- (E) Teoria Sistêmica.

32

Em uma organização pública federal, um servidor executivo decide reforçar o cumprimento estrito de normas e fluxos que passam na tramitação de processos formais. Para tanto, implementa um sistema de controle hierárquico em que cada decisão administrativa deve estar fundamentada em regulamentos, afastando interferências pessoais ou subjetivas. Essa prática reflete a seguinte função administrativa e o seguinte tipo de poder característicos da Teoria Burocrática de Weber:

- (A) função de direção e poder carismático.
- (B) função de controle e poder racional-legal.
- (C) função de organização e poder tradicional.
- (D) função de planejamento e poder racional-legal.
- (E) função de coordenação e poder burocrático.

33

Em uma universidade pública federal, a Pró-Reitoria realiza um diagnóstico institucional para revisar seu planejamento estratégico. Na análise, são identificados fatores relacionados à eficiência dos processos e aos modelos estruturais empregados na instituição, além de algumas variáveis políticas. Nesse contexto, o modelo de análise organizacional foi aplicado no(s) ambiente(s)

- (A) interno.
- (B) externo operacional.
- (C) competitivo.
- (D) operacional e social.
- (E) institucional e tecnológico.

34

Enquanto gestor público federal, você decide criar uma nova entidade para gerir especificamente um departamento de uma universidade federal. Para isso, aprova, no Conselho Universitário, um regimento que institui uma empresa pública com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada à universidade, mas sem subordinação direta. Nesse sentido, a criação dessa entidade, para a execução de um serviço que antes era de responsabilidade direta, constitui um exemplo clássico de

- (A) desconcentração administrativa, pois o serviço continua sendo federal.
- (B) centralização política, pois fortalece o poder executivo federal.
- (C) descentralização administrativa por outorga (ou por serviços).
- (D) concessão de serviço público, pois transfere a execução para um particular.
- (E) desconcentração hierárquica, pois cria um novo nível de gestão.

**35**

Um governo estadual, buscando modernizar a gestão, decide alterar a forma como o serviço de fiscalização ambiental é prestado. Historicamente, esse serviço era executado por uma diretoria interna da Secretaria de Meio Ambiente (um órgão da administração direta). A nova lei aprovada extingue a diretoria e cria o Instituto Ambiental do Estado (IAE), uma autarquia com autonomia administrativa e financeira. A lei estabelece que o IAE será vinculado à Secretaria, mas atuará com base em um Contrato de Gestão, que define metas de performance (ex.: redução do tempo de licenciamento, aumento de áreas fiscalizadas) em troca de maior flexibilidade orçamentária. Analisando a mudança sob a ótica da evolução histórica dos modelos da administração pública brasileira, a transformação descrita representa

- (A) um aprofundamento do modelo burocrático, pois utiliza a desconcentração para especializar a função.
- (B) uma transição do modelo burocrático para o gerencial, utilizando a descentralização administrativa para focar em resultados e performance.
- (C) um retrocesso ao modelo patrimonialista, pois a criação de uma autarquia com autonomia aumenta o risco de captura por interesses privados.
- (D) uma forma de centralização administrativa, pois o contrato de gestão aumenta o controle do secretário sobre o Instituto.
- (E) uma aplicação pura do modelo burocrático weberiano, que prevê a criação de autarquias para garantir a impessoalidade.

**36**

Em uma universidade pública federal, o diretor de departamento enfrenta resistência da equipe em implementar um novo sistema eletrônico de gestão de documentos. Para lidar com a situação, ele convoca reuniões, ouve as dificuldades dos servidores e busca envolvê-los pautando-se na corresponsabilidade para gerar resultados. Em relação ao estilo de liderança envolvido nessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) Estilo de liderança autocrático, pois o gestor define sozinho as metas e impõe a execução.
- (B) Estilo de liderança liberal, pois há ausência de interferência e delegação total de decisões.
- (C) Estilo de liderança democrática, caracterizado pela participação e pela valorização do grupo.
- (D) Estilo de liderança situacional, pois o líder adapta seu comportamento ao perfil de cada servidor.
- (E) Estilo de liderança transacional, pois baseia-se em recompensas e punições para o alcance de metas.

**37**

A evolução da gestão pública no Brasil tem se orientado, nas últimas décadas, pela busca de maior eficiência, transparência e participação social. Nesse contexto, a noção de governança pública passou a ser central nas reformas administrativas e na atuação das instituições públicas. Considerando os princípios e fundamentos da gestão pública contemporânea, assinale a alternativa correta.

- (A) A governança pública é sinônimo de governo eletrônico, pois se restringe ao uso de tecnologias digitais para agilizar processos administrativos.
- (B) A governança pública está associada à ampliação do poder discricionário dos gestores públicos, com redução dos mecanismos de controle e participação.
- (C) A governança pública consiste no modelo de gestão que integra Estado, sociedade e mercado, por meio de princípios públicos à participação social.
- (D) A gestão pública contemporânea tem como fundamento o retorno ao modelo burocrático clássico, centrado na hierarquia e na impessoalidade das decisões.
- (E) A governança pública limita-se à dimensão política da administração, sem envolver aspectos técnicos e de desempenho institucional.

**38**

Em instituições públicas federais, o planejamento pode estar integrado por meio de um sistema eletrônico focado para o acompanhamento público, em tempo real, da execução orçamentária e dos processos financeiros institucionais, divulgando empenhos, liquidações e pagamentos, além de ser passível de produzir relatórios e metas de resultados. Com base na gestão pública contemporânea, a implementação de iniciativa como essa expressa o princípio e o instrumento do(a)

- (A) governança pública e accountability, pois busca fortalecer a transparência, o controle social e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.
- (B) burocracia estatal e impessoalidade, pois reforça a rigidez hierárquica e a padronização dos fluxos administrativos.
- (C) gestão patrimonialista e autoridade carismática, pois o controle ocorre de forma pessoal e centralizada.
- (D) administração política e autonomia decisória, pois transfere ao gestor total liberdade sobre a execução orçamentária.
- (E) planejamento estratégico e marketing institucional, pois se limita à divulgação das ações administrativas da universidade.

**39**

O Plano Plurianual (PPA) estabelece as metas e os objetivos estratégicos de médio prazo; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define as prioridades e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que detalha as receitas e despesas para o exercício seguinte. Nesse sentido, considerando o sistema de planejamento e orçamento público previsto na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- (A) o PPA é elaborado anualmente e define os limites de empenho e liquidação das despesas.
- (B) a LDO possui vigência de quatro anos e orienta a execução financeira do exercício fiscal.
- (C) a LOA define os programas e os objetivos governamentais de médio prazo, servindo de base para o PPA.
- (D) o PPA define metas de médio prazo e orienta a LDO e a LOA, garantindo a integração entre planejamento e orçamento.
- (E) a LDO e a LOA são instrumentos autônomos e independentes, não havendo hierarquia entre elas.

**40**

Durante a execução de uma despesa pública em uma universidade federal, o setor financeiro realiza três procedimentos consecutivos: reserva de dotação orçamentária para a realização da despesa; verificação do direito adquirido pelo credor após a entrega do serviço ou material; quitação da obrigação, mediante a transferência de valores ao fornecedor. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as etapas descritas correspondem, respectivamente, a

- (A) liquidação, empenho e pagamento.
- (B) empenho, liquidação e pagamento.
- (C) programação, execução e controle.
- (D) arrecadação, empenho e liquidação.
- (E) comprometimento, controle e pagamento.

**41**

A Lei nº 14.133/2021, denominada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, modernizou o regime jurídico das contratações públicas no Brasil. Com base nos fundamentos teóricos da nova lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação é um procedimento administrativo de natureza discricionária, que visa atender à conveniência do gestor público, sem obrigatoriedade de observância de princípios específicos.
- (B) O objetivo central da licitação pública é garantir o atendimento das necessidades administrativas, assegurando igualdade de condições entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- (C) A Lei nº 14.133/2021 restringe a aplicação do princípio da publicidade às fases internas do processo, em razão da proteção ao sigilo administrativo.
- (D) O princípio da adjudicação compulsória permite à Administração celebrar contrato com qualquer licitante, independentemente da classificação final.
- (E) O julgamento das propostas deve priorizar o menor preço em todos os casos, conforme o princípio da economicidade absoluta previsto na lei.

42

Uma gestora pública municipal precisa contratar um sistema integrado de software e hardware para monitoramento inteligente do tráfego urbano para otimização de semáforos e gestão de dados em tempo real. Recordando que os processos licitatórios antigos eram extremamente rígidos, exigindo diversas demandas, um assessor relembra à gestora que as recentes atualizações na legislação de contratações mudaram, sugerindo que, em vez de definir a solução, a Prefeitura foque intensamente a fase de planejamento para definir o problema (a necessidade pública). Considerando as mudanças legais no processo de licitação e contratos administrativos da Administração Pública, assinale a alternativa correta a respeito dessa situação.

- (A) A mudança principal é a inversão de fases (análise de propostas antes da habilitação), que se tornou a regra. Embora isso dê agilidade, não resolve o problema da gestora, pois ainda a obriga a definir a solução exata no edital.
- (B) O assessor sugere, na prática, uma “parceria público-privada” (PPP), que é a única forma legal de a Administração desenvolver soluções complexas sem saber os detalhes técnicos, permitindo o diálogo com o mercado.
- (C) A solução legal para o problema da gestora é a inexigibilidade de licitação por “notória especialização”, pois, como o objeto é inovador, presume-se que apenas uma empresa possa fornecê-lo.
- (D) A situação apresentada se enquadra em modalidade licitatória voltada a contratações complexas e inovadoras, que admite diálogo estruturado com o mercado para construir a solução técnica, quando não é possível defini-la integralmente de antemão.
- (E) A sugestão do assessor é ilegal, pois o princípio da isonomia e do julgamento objetivo proíbe que a Administração “dialogue” com licitantes antes de receber as propostas, pois isso caracterizaria direcionamento e quebra de sigilo.

43

Durante o processo de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de uma instituição federal, a equipe de planejamento realiza um diagnóstico organizacional para identificar variáveis internas e externas que possam influenciar os resultados da instituição. No relatório, são destacados: a qualificação técnica dos servidores, a limitação orçamentária, as oportunidades de parcerias com outras instituições e o aumento da competitividade por recursos federais. Com base nessa estratégia analítica, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, os elementos da SWOT destacados nesse contexto.

- (A) Forças e fraquezas (internas); oportunidades e ameaças (externas).
- (B) Fraquezas e forças (externas); objetivos e ameaças (internas).
- (C) Oportunidades e ameaças (internas); forças e fraquezas (externas).
- (D) Forças e ameaças (internas); fraquezas e oportunidades (externas).
- (E) Ameaças e oportunidades (internas); forças e fraquezas (externas).

44

A Administração Pública brasileira passou por diferentes fases ao longo da história, cada uma marcada por valores e concepções distintas sobre a relação entre Estado e sociedade. No modelo atual, consolidado pela Constituição Federal de 1988 e pelas reformas administrativas posteriores, busca-se um equilíbrio entre legalidade, eficiência e controle social. Com base nos fundamentos teóricos e filosóficos da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo patrimonialista se caracteriza pela impessoalidade e pela meritocracia no ingresso de servidores públicos.
- (B) O modelo burocrático, influenciado por Max Weber, buscou romper com o personalismo e estabelecer a administração profissional baseada em regras e hierarquia.
- (C) O modelo gerencial eliminou o controle hierárquico, substituindo-o integralmente pela autogestão social e pela ausência de mecanismos formais de supervisão.
- (D) Os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, que são os princípios da legalidade e da moralidade, consolidam o modelo da primeira fase da Administração Pública.
- (E) A filosofia da gestão pública contemporânea tem como núcleo a centralização decisória e a redução da transparência administrativa.

**45**

Em uma instituição de ensino federal, o setor de almoxarifado identificou que determinados materiais de consumo, como papel, toners e produtos de limpeza, estão sendo solicitados com frequência acima do necessário, gerando acúmulo em estoque e risco de vencimento. Para corrigir o problema, o gestor decide implantar um controle baseado em relatórios de consumo médio e tempo de reposição, definindo a quantidade mínima e máxima de cada item e os pontos de pedido. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o tipo de controle utilizado nesse caso.

- (A) Curva ABC.
- (B) Controle de Orçamento Kanban.
- (C) Estoque mínimo (ou de segurança).
- (D) Just in Time (JIT).
- (E) Estoque zero.

**46**

Na Administração da Qualidade, a melhoria contínua dos processos depende do uso correto de um conjunto de ferramentas, em que cada ferramenta possui uma finalidade específica no dia a dia operacional de uma organização, pensando na busca por um planejamento e checagem das soluções de problemas, permitindo ao gestor corrigi-los. Nesse sentido, sobre os conceitos e as aplicações dessas ferramentas, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O Diagrama de Ishikawa (Causa e Efeito) é uma ferramenta de diagnóstico que visa hierarquizar as causas do problema em ordem de importância, agrupando-as em categorias como “Método” e “Mão de obra”.
- II. O Diagrama de Pareto aplica o princípio 80/20 para priorizar ações, demonstrando visualmente quais são os “poucos vitais” problemas ou causas que, se resolvidos, trarão o maior ganho de qualidade (os “muitos triviais”).
- III. A ferramenta 5W2H é utilizada predominantemente na etapa de “Check” (Verificar) do ciclo PDCA, servindo como um checklist para auditar se as ações planejadas (“What” e “Who”) foram executadas conforme o “How”.
- IV. A Padronização, frequentemente associada à etapa “Act” (Agir) do PDCA, é fundamental após a implementação de melhorias, pois visa consolidar o novo método de trabalho e prevenir a reincidência do problema original.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II e IV.

47

A Teoria da Administração estabelece que a gestão é o processo técnico de alocar e mobilizar recursos, por meio de processos, para alcançar objetivos e metas, os quais, por sua vez, devem gerar rentabilidade em torno de um modelo social e/ou econômico. Nesse sentido, é fundamental avaliar o desempenho das decisões operacionalizadas considerando a eficiência, a eficácia e a efetividade. Em relação a esses termos, assinale a alternativa correta.

- (A) A eficácia foca os meios, medindo a otimização dos recursos (fazer com menor custo), enquanto a eficiência foca os fins, medindo o atingimento dos objetivos (cumprir a meta).
- (B) Um gestor pode ser eficiente (usar poucos recursos) e simultaneamente ineficaz (não atingir a meta), assim como pode ser eficaz (atingir a meta) e simultaneamente ineficiente (desperdiçar recursos).
- (C) A efetividade é a métrica principal dos processos internos, enquanto a eficiência mede o impacto social e a eficácia mede a relação custo-benefício.
- (D) A eficiência é um conceito sinônimo de efetividade, pois ambas medem o impacto final da ação governamental, diferenciando-se da eficácia, que é puramente processual.
- (E) A efetividade é alcançada quando a organização é simultaneamente eficiente e eficaz; a ausência de um desses dois pilares anula automaticamente a efetividade.

48

Na administração, é fundamental revisar diferentes níveis de planejamento, para pensar em modelos de estratégias; no campo das instituições públicas, não é diferente. Nesse sentido, rever o plano de desenvolvimento institucional é fundamental para as organizações públicas de ensino. Para isso, é possível adotar ferramentas de monitoramento e controle estratégico para alinhar ações às metas institucionais, como o Balanced Scorecard (BSC). Assim, sobre o acompanhamento de indicadores e o controle estratégico, assinale a alternativa correta.

- (A) O BSC é uma ferramenta voltada para o controle financeiro e contábil, não sendo aplicável à Administração Pública.
- (B) O controle estratégico ocorre de forma isolada, desvinculado do planejamento organizacional e das metas institucionais.
- (C) O BSC permite transformar as estratégia a partir de indicadores, para além dos financeiros, na materialização de diferentes ações.
- (D) O controle estratégico deve ocorrer no ciclo orçamentário, com caráter punitivo e não corretivo; por meio do BSC, é possível identificar os indicadores de liquidez corrente, liquidez seca e prazos médios de pagamentos, o que garante que as metas institucionais sejam viabilizadas.
- (E) O BSC elimina a necessidade de avaliação qualitativa, pois traduz toda a estratégia em métricas quantitativas.

**49**

Em uma instituição pública de ensino federal, o gestor da PRH deseja implementar uma Tecnologia da Informação para gestão acadêmica. Diante das constantes mudanças nas demandas, é decidido adotar uma metodologia que permita entregas incrementais, reuniões de acompanhamento curtas e regulares e revisões contínuas do produto. Assim, o processo passa a contar com papéis definidos de Product Owner, Scrum Master e Time de Desenvolvimento. Considerando os princípios das metodologias ágeis aplicados à gestão pública, o método descrito no caso corresponde ao

- (A) Kanban, pois prioriza o fluxo visual e a limitação de tarefas em execução.
- (B) Lean Office, que elimina desperdícios e promove a padronização de processos.
- (C) Scrum, que organiza o trabalho em ciclos curtos de entrega (sprints) e promove a autogestão da equipe.
- (D) Design Thinking, por enfatizar a empatia com o usuário e a prototipação de soluções.
- (E) Benchmarking, que visa comparar resultados entre diferentes instituições públicas.

**50**

No processo de formulação da Gestão Estratégica, a definição da identidade e a sua tradução em objetivos por meio de ferramentas específicas são fundamentais. A respeito da correta aplicação e inter-relação desses conceitos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A missão define a razão de ser da organização, seu propósito central no presente, enquanto a visão projeta o estado futuro desejado, uma aspiração de longo prazo que direciona o esforço estratégico.
- II. Os valores constituem o alicerce ético e comportamental da organização, representando os princípios inegociáveis que devem guiar a conduta e a tomada de decisão de todos os seus membros.
- III. O Mapa Estratégico, principal ferramenta visual do Balanced Scorecard (BSC), tem como principal finalidade demonstrar como os objetivos das perspectivas de base (aprendizado e processos) devem ser otimizados para maximizar isoladamente os resultados da perspectiva financeira (ou orçamentária).
- IV. A lógica de causa e efeito do Mapa Estratégico (BSC) determina que a perspectiva de Processos Internos é a fundação da estratégia, pois a excelência nos processos é o que impulsiona diretamente o aprendizado e o crescimento e, conseqüentemente, gera valor para o cliente (cidadão).

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas I, II e III.

